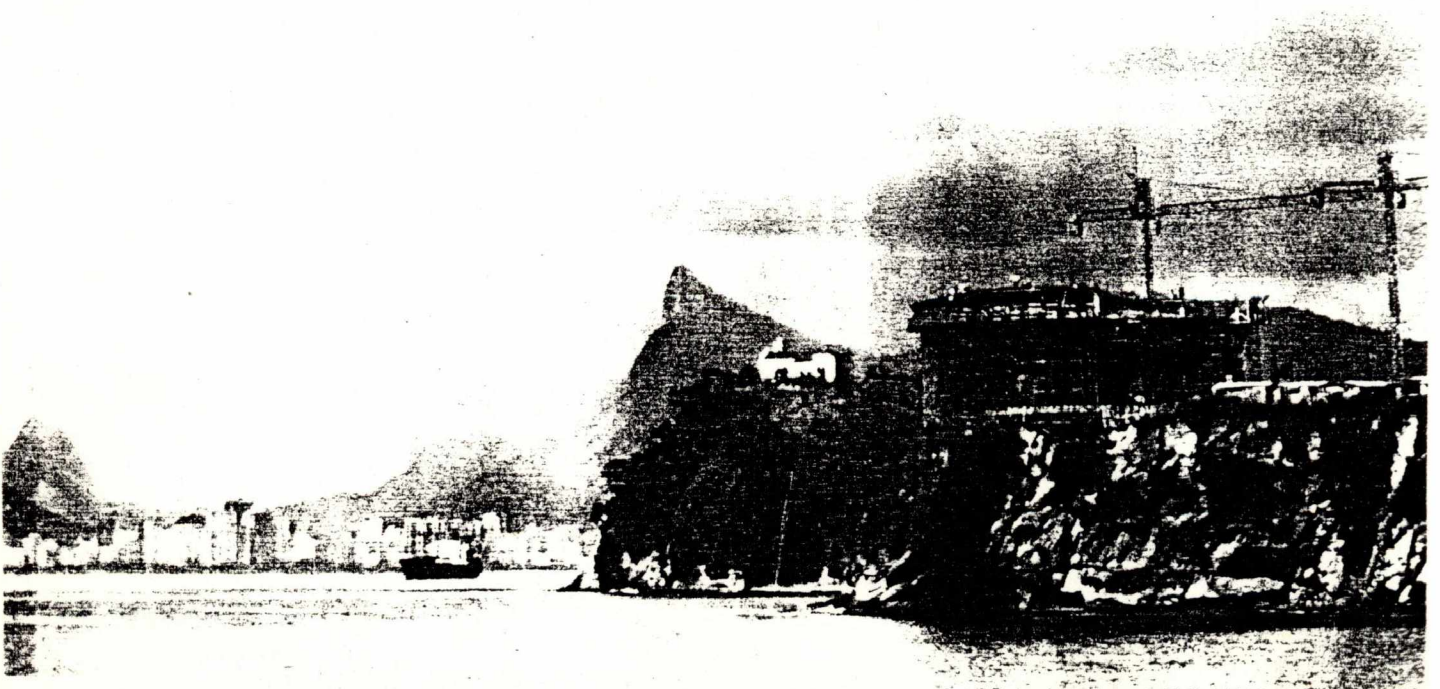


PROJETO "PROGRAMA LIFE"

Niterói

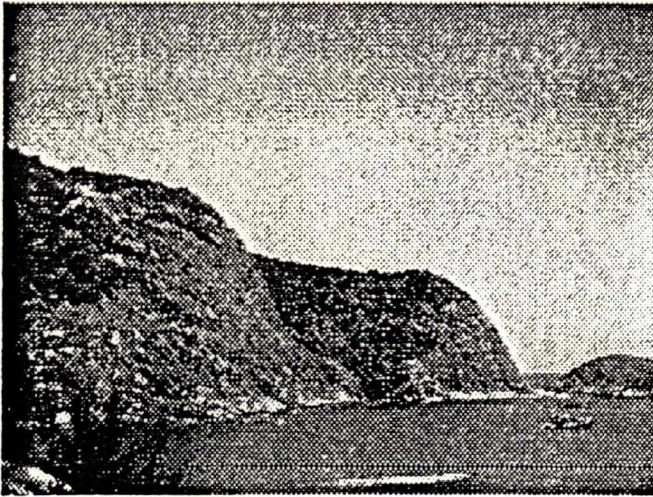
Projetos:

Canto de Itaipu
Lagoa
Centro
Favelas
São Lourenço
Médico de Família

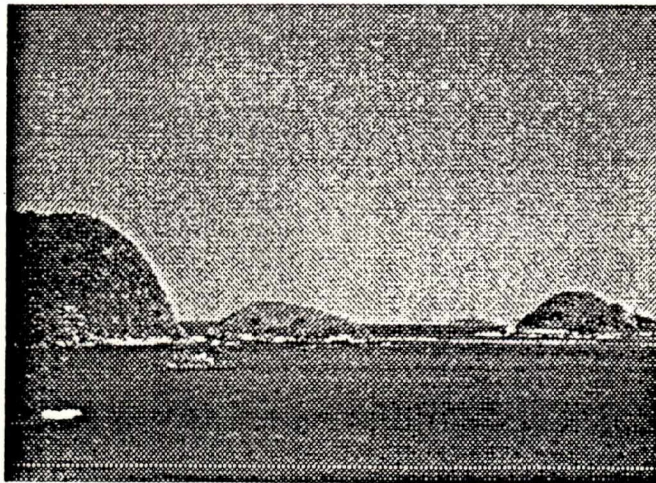


Canto de Itaipu

Ao sul da praia e da lagoa de Itaipu e junto ao morro das Andorinhas, a cerca de 25 Km do centro de Niterói, fica o núcleo de Itaipu, faixa litorânea de aproximadamente 15 ha. cuja importância social cultural e natural é única e especialmente concentrada numa área reduzida.



Projeto Canto de Itaipu visa preservar o patrimônio histórico, pré-histórico e as reservas naturais ...



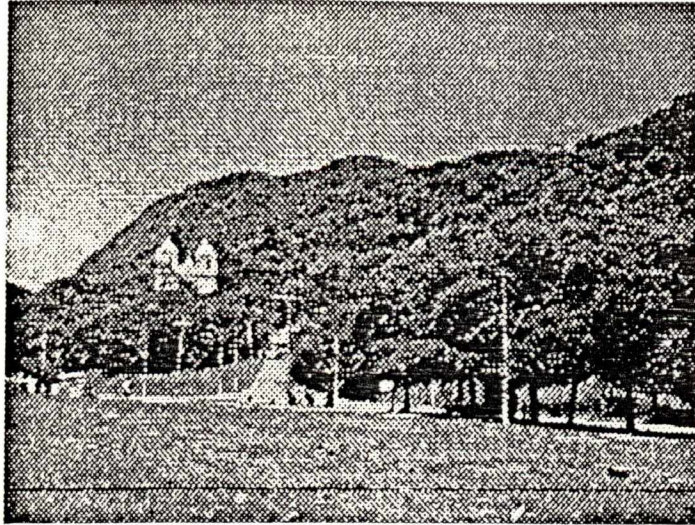
... onde estão incluídas as ilhas da Menina, da Mãe e do Pai

A praia e a ponta de Itaipu, bem como as ilhas da Menina, da Mãe e do Pai, são bens naturais tombados pelo Estado do Rio de Janeiro. O morro das Andorinhas é considerado Área de Proteção Ambiental. A Duna Grande, revestida de vegetação de restinga alia à sua significação natural a importância arqueológica que possui pelos relevantes vestígios que guarda das populações pré-cabralinas que abrigou — é protegida pela lei federal de arqueologia (Lei n° 3924/61).

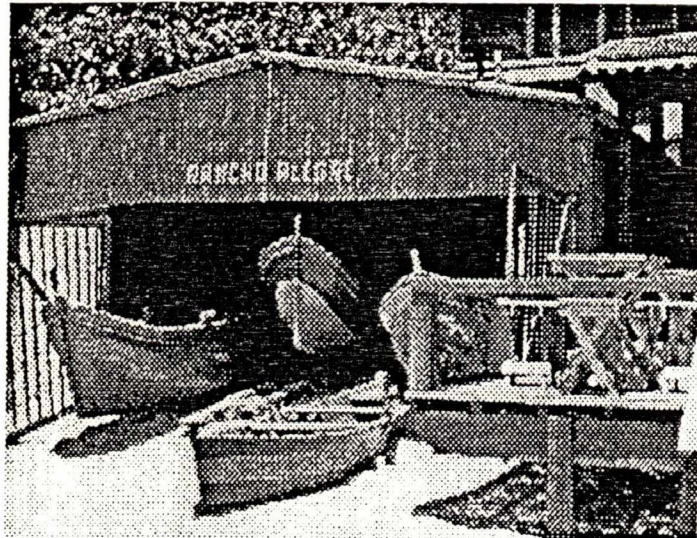
Há ainda o Recolhimento de Santa Tereza e a Igreja de São Sebastião de Itaipu, remanescentes da presença colonial portuguesa no século XVIII e cuja importância cultural é revelada pelos seus tombamentos respectivamente federal e estadual.

Da plurissecular atividade pesqueira indígena e da presença portuguesa originou-se, no século XVIII, o núcleo de pescadores ainda existente, organizado e ativo. A atividade pesqueira ocupa cerca de 500 habitantes da aldeia. Os outros 500 habitantes da área envolvida são uma população de classe média responsável pela ocupação recente de loteamento de meados do século XX.





Igreja de São Sebastião, de 1716, é monumento histórico tombado pelo Patrimônio.

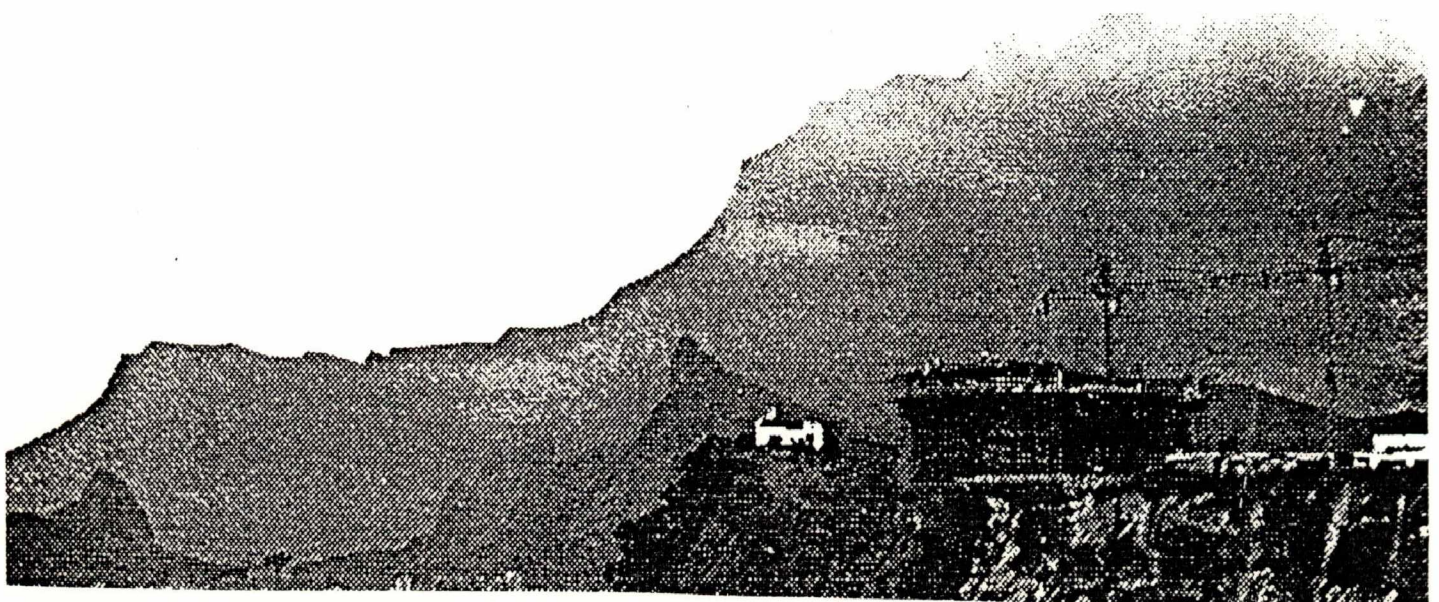


A colônia de pescadores é continuadora de uma atividade local com 2.000 anos de existência.

A atividade econômica fixa desenvolveu-se principalmente a partir do século XVIII com a constituição da freguesia de São Sebastião de Itaipu. A Igreja de São Sebastião, de 1716, sede de uma das quatro freguesias que se juntaram para formar a Vila da Praia Grande (hoje município de Niterói), é monumento histórico tombado pelo Estado do Rio de Janeiro e testemunha a presença da primeira atividade colonial européia no local. Vizinha dessa igreja jesuítica está o Recolhimento de Santa Tereza, estabelecimento religioso carmelita erguido em 1764 — tombado pelo IBPI desde 1943.

É também no século XVIII que a atividade pesqueira se configura nos moldes contemporâneos. Herdeira direta dos indígenas, a colônia de pescadores ainda em atividade, é testemunha e continuadora de uma atividade econômica de dois milênios de existência e que ainda mantém economicamente uma população de 500 habitantes envolvidos na pesca e comercialização de pescado, direta ou através de pequenos restaurantes.

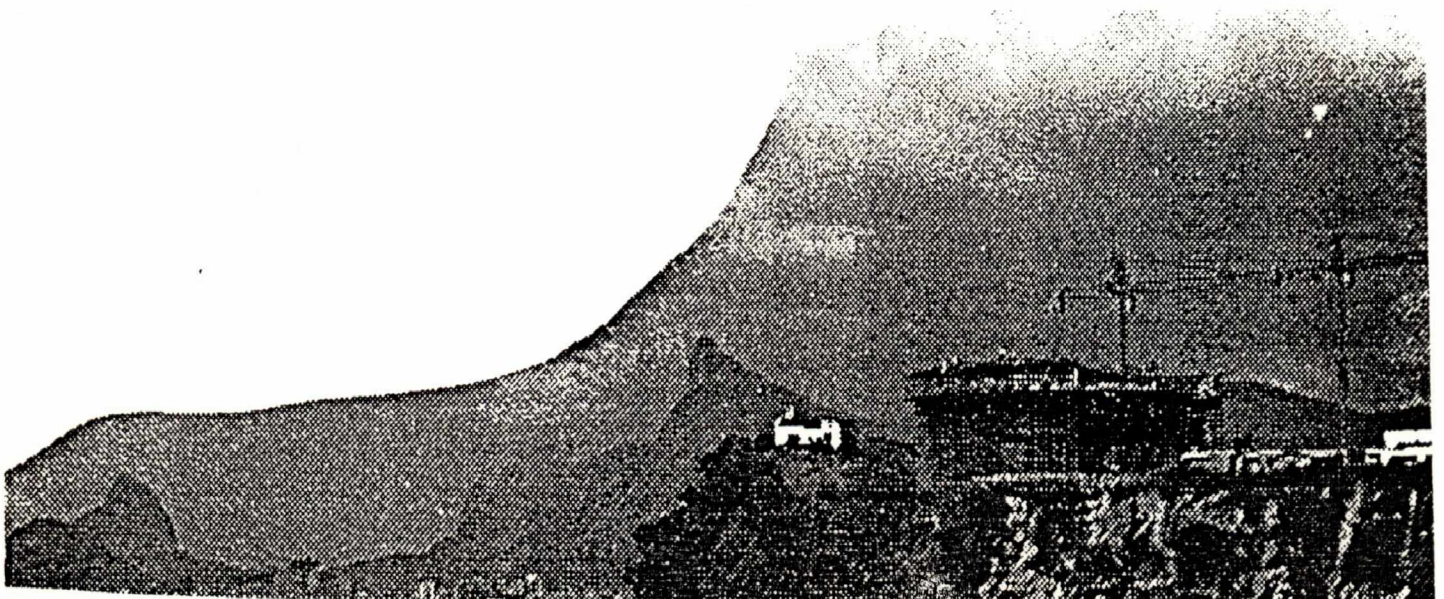
A partir dos anos 40 e 50 do século XX, grandes parcelamentos de terra determinaram a ocupação atual de Itaipu e das vizinhas Piratininga e Cambinhas, promoveram a desastrosa abertura do canal ligando a lagoa de Itaipu ao oceano, que modificou o regime ecológico das lagoas de Itaipu e Piratininga e rompeu a jazida arqueológica da Duna Grande.

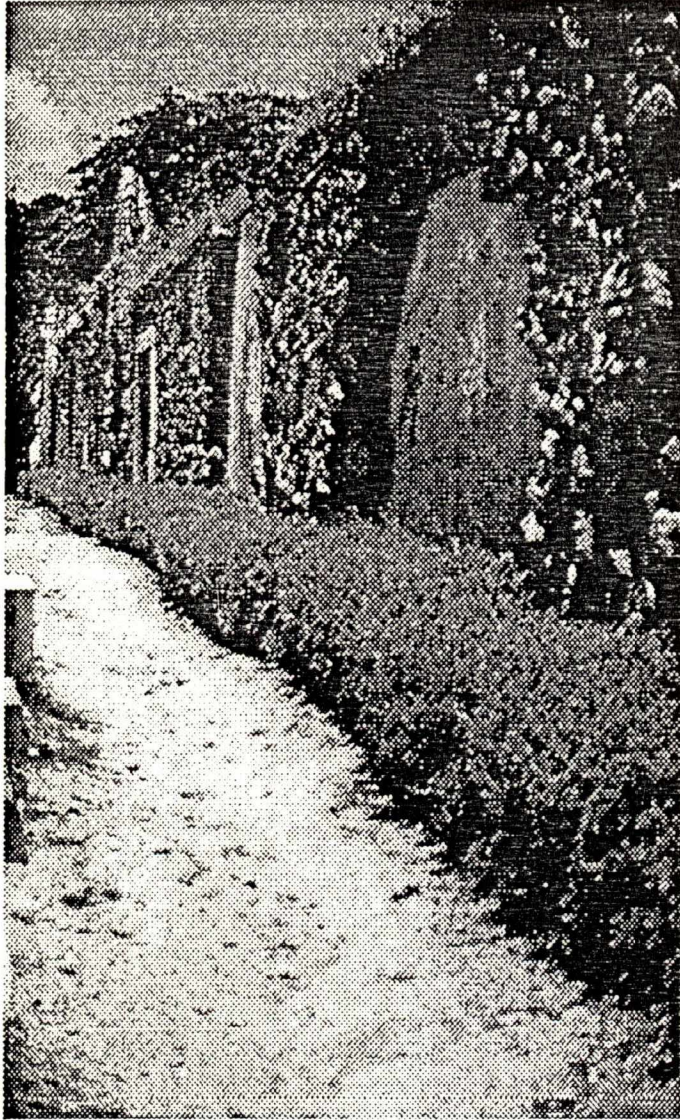


A evolução dessa ocupação pelos loteamentos, juntamente com a utilização balneária e turística a partir dos últimos decênios, e as conseqüentes agressões ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e arqueológico, bem como o fluxo de transporte privado e coletivo passam a constituir-se em agentes de transformação e deteriorização física e das relações culturais tradicionais em Itaipu. A Duna passou a ser frequentada por banhistas quase sempre pouco conscientes da sua importância e por automóveis. O estacionamento desordenado de automóveis e ônibus é outro agente de degradação. A aldeia de pescadores está aos poucos sendo tomada por bares e restaurantes.



O estacionamento desordenado de veículos tem sido agente de degradação ambiental.

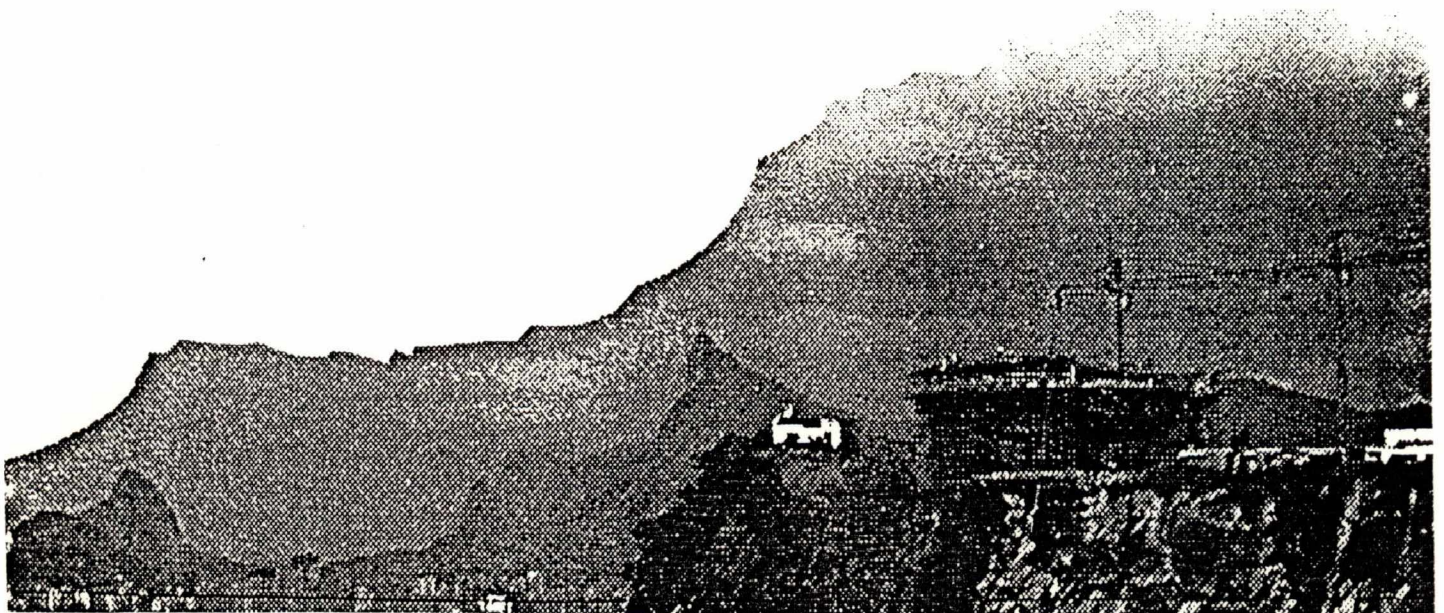




Recolhimento de Santa Tereza, erigido em 1764, abriga hoje um museu arqueológico

O Parque Canto de Itaipu é um projeto da Prefeitura de Niterói, apoiado pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural — IBPC — do Ministério da Cultura, que visa integradamente preservar o patrimônio histórico e pré-histórico, a proteção das reservas naturais e a promoção social da população de baixa renda de Itaipu. A municipalidade continuará a atuar na área integradamente às iniciativas comunitárias representadas principalmente pela Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu (Z.7) e pelo Conselho Comunitário da Região Oceânica.

A ocupação do Canto de Itaipu tem 2.000 anos. Por essa época habitaram a Duna Grande, sociedades indígenas simples e nômades, organizadas em pequenos bandos que viviam da coleta de vegetais e principalmente da pesca. Esses grupos deixaram vestígios na Duna Grande — considerado o mais importante monumento arqueológico do litoral fluminense, pela extensão e integridade dos seus remanescentes. A duna, com cerca de 1 ha. de extensão a 30 m de altura, recoberta de vegetação de restinga, vem sendo estudada pelo IBPC que mantém desde 1977 no Recolhimento de Santa Tereza um museu arqueológico, participante da atividade educativa a ser incrementada junto aos moradores e ao grande fluxo turístico que frequenta a praia de Itaipu.

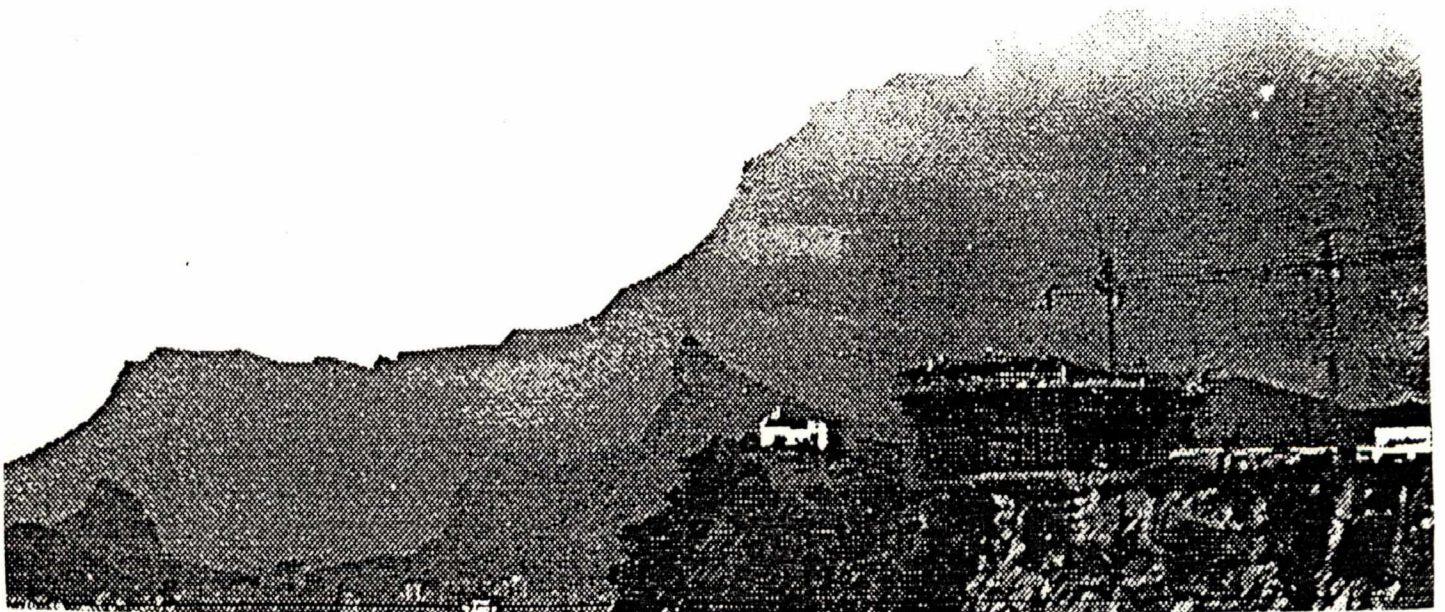


Canto de Itaipu

O PROJETO

Desde 1990 a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente vem estudando os problemas de Itaipu, elaborando programas e realizando ações para a constituição do Parque Canto de Itaipu. Nesse período foram realizadas ações integradas aos segmentos comunitários locais, à Secretaria de Cultura de Niterói e à Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

A proposta de criação do parque foi estruturada a partir da proteção e recuperação do meio ambiente. Em trabalho conjunto com as comunidades organizadas pretende-se que paralelamente à recuperação do local, seja resgatada para os moradores e visitantes a compreensão da importância da interação da ocupação humana com o ambiente natural no processo de urbanização.



Canto de Itaipu

Assim o projeto consiste em:

• Tratamento paisagístico com vistas à organização do turismo, à melhoria da qualidade de vida dos moradores e à recuperação, proteção e valorização dos bens culturais e naturais, através de:

** recuperação da vegetação das encostas e da restinga e arborização com árvores adequadas à região;*

** cercamento do sítio arqueológico da Duna Grande;*

** valorização da ambiência do Recolhimento de Santa Tereza e da Igreja de São Sebastião de Itaipu;*

** pavimentação de passeios e construção de estacionamento para cerca de 500 veículos particulares e para ônibus de turismo, criação de área de lazer para a população local e para visitantes, disciplinamento do comércio de alimentos em quiosques adequados e obras de infra-estrutura para a aldeia de pescadores.*

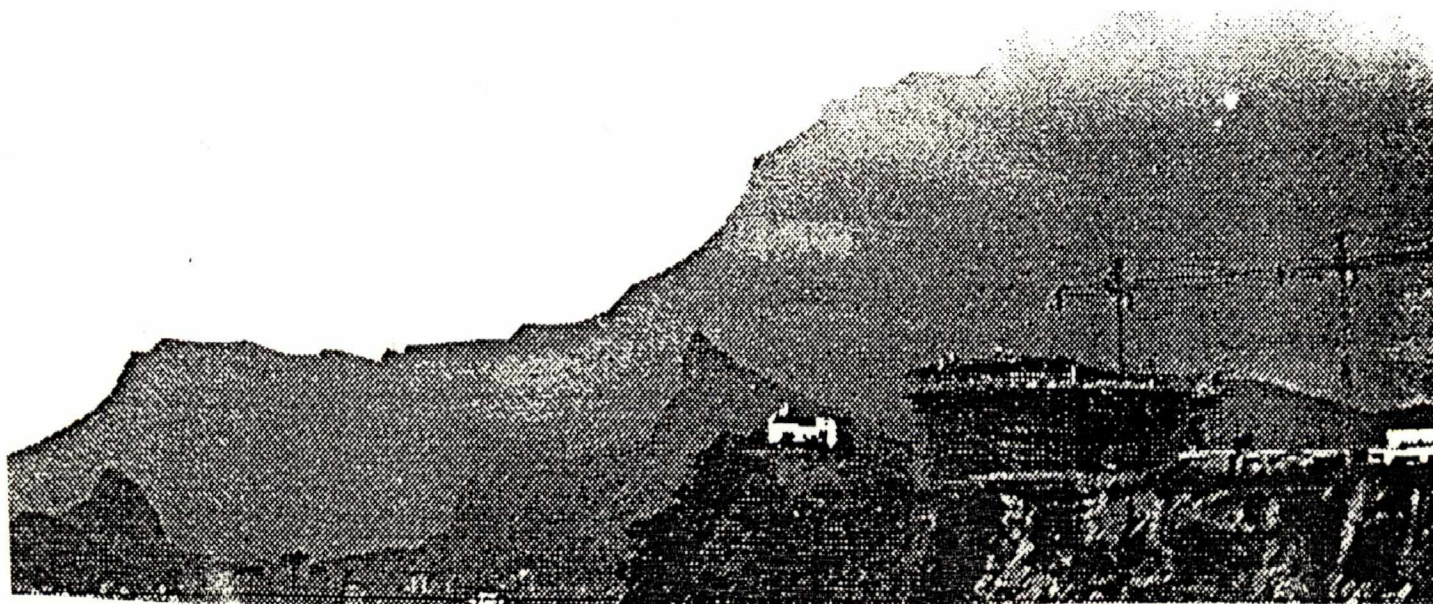
Além dessas propostas estão previstos programas especiais para educação ambiental:

** formação de guias turísticos para visitas guiadas e orientação aos habitantes, banhistas, visitantes regulares e grupos de estudantes durante a semana. Essas visitas incluirão a praia, a serra, a lagoa, a Duna, a Colônia, o museu e a igreja;*

** conscientização dos frequentadores da praia com relação ao lixo, através da distribuição de folhetos e incentivo à coleta seletiva;*

** ativação cultural com promoção de apresentações de grupos de teatro, música e festas populares;*

** vigilância informativa comunitária.*



Canto de Itaipu

Durante o processo de intervenção física e em conjunto com a Associação dos Pescadores, serão definidos mecanismos de incentivo à pesca artesanal com alternativas para a comercialização do pescado. O crescente comércio fixo de alimento e de apoio aos turistas será também incentivado, resguardando-se entretanto o espaço necessário à atividade pesqueira.

As duas atividades econômicas devem coexistir num processo de interação, em que o desenvolvimento de uma venha em benefício da outra.

Para o aldeamento, hoje irregular junto à Prefeitura, serão estabelecidas normas de uso e ocupação do solo, com base nos costumes dos seus moradores e nas atividades econômicas ali existentes. Um escritório com técnicos da Prefeitura dará apoio à Associação dos Pescadores para suas obras e para regularização fundiária de suas posses, cujo proprietário oficial é a União, com aforamento à Colônia de Pescadores Z.7.

A administração do Parque Canto de Itaipu será de responsabilidade das comunidades locais, com a participação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, sob a supervisão da Prefeitura. Recursos resultantes do estacionamento de carros e ônibus, dos quiosques de venda de alimentos e da coleta seletiva do lixo, entre outros, tomarão o parque auto sustentável.



Lagoa de Piratininga

Localização

A lagoa de Piratininga é lagoa costeira localizada à leste da baía de Guanabara, sendo a primeira de uma série de quinze, compreendidas entre os municípios de Niterói e Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

Construção do Canal de Camboatá

O canal de Camboatá é um canal artificial que liga a lagoa de Piratininga à vizinha Lagoa de Itaipu. Este canal foi aberto em 1946 com objetivo de minimizar as enchentes que ocorriam no período das chuvas.

Abertura da barra

A abertura da barra na Prainha de Piratininga ocorria em períodos de grandes precipitações, quando a lâmina d'água atingia níveis mais altos ocasionando inundações nas áreas periféricas. Os pescadores de Piratininga auxiliavam o rompimento da barra escavando um canal, o qual era aberto e alargado pela pressão das águas. Uma vez alcançado o nível do mar, a lagoa passava a sofrer a influência das marés. O mar acumulava areia e fechava a barra. As águas represadas asseguravam um volume d'água razoável à lagoa.

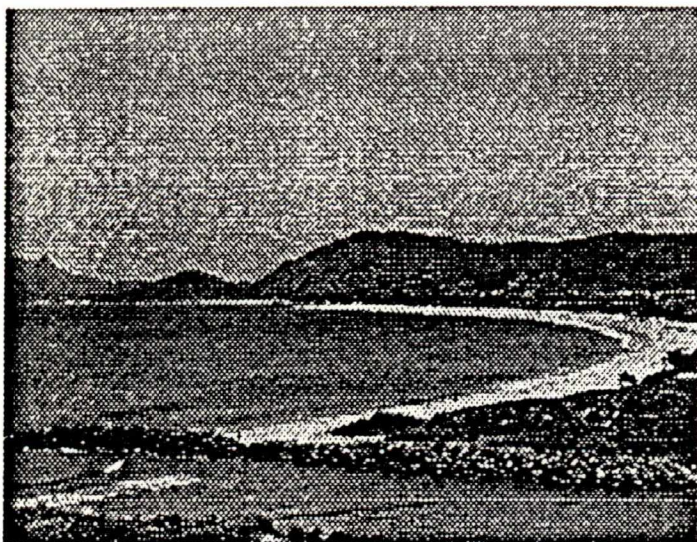


A abertura da barra, além de funcionar como sangradouro, proporcionava a renovação das águas da lagoa, através da entrada de água do mar, causando um aumento na sua salinidade e representando o fator mais importante que regulava o ciclo biológico da lagoa. Ocorria entrada de espécies marinhas, principalmente de larvas de camarão, o que contribuía para o aumento da produtividade da pesca na lagoa.

Abertura da barra permanente de Itaipu

Alterações profundas ocorreram no sistema lagunar de Piratininga—Itaipu após a abertura da barra permanente de Itaipu em 1979.

A barra de Itaipu causou a redução do espelho d'água da lagoa de Piratininga, e a conseqüente alteração de seu ecossistema. O canal de Camboatá passou a funcionar como elemento drenante de Piratininga, não acumulando mais o volume de água necessário para se promover a abertura da barra em Piratininga. O aporte de água do mar através do canal de Camboatá é insignificante, não sendo suficiente para permitir a renovação e circulação das águas no seu interior.

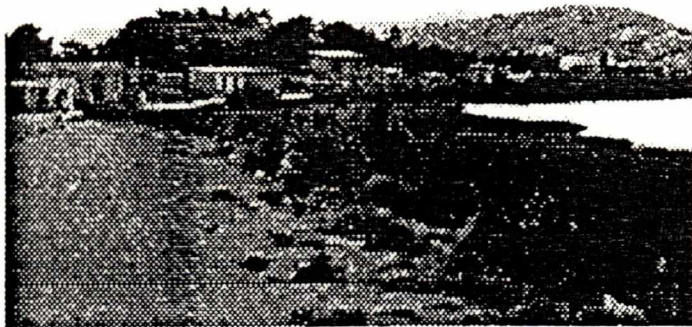


A barra de Itaipu reduziu o espelho d'água da Lagoa de Piratininga



Ocupação das margens

Com a diminuição do espelho d'água da lagoa de Piratininga, surgiram áreas marginais secas, que foram bastante ocupadas, a partir da década de 80, principalmente com habitações de baixa renda. No local conhecido como Cafubá, próximo a Av. 7, existe hoje uma grande favela. Ao longo da avenida Almirante Tamandaré, via de acesso à praia de Piratininga, as margens encontram-se quase totalmente ocupadas com muito comércio de pequenos bares e restaurantes. Esse tipo de comércio também proliferou na avenida Acúrcio Torres, no trecho próximo à Prainha. Os trechos próximos à Ponte do Tibau e na própria localidade conhecida como Tibau, tradicionalmente habitados por pescadores, sofreram aumentos e acréscimos de construções. Lotes do loteamento Maralegre, antes subaquáticos, afloraram, permitindo que seus proprietários construíssem sua residências.



A diminuição do espelho d'água da Lagoa de Piratininga provocou a ocupação das suas margens.

Poluição da água

A poluição orgânica existente, faz com que chegue à lagoa grande quantidade de nutrientes dissolvidos, além da ocorrência de forte contaminação bacteriana de origem fecal. Devido à esta grande quantidade de nutrientes contidos nos efluentes domésticos, associados aos longos tempos de

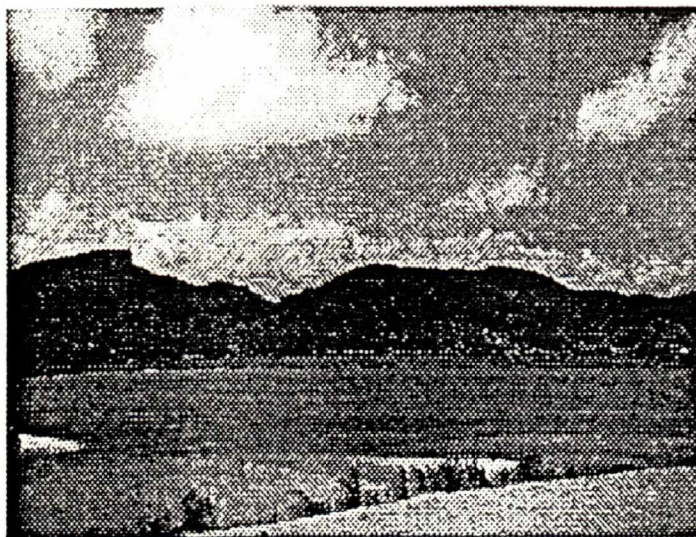


residência das massas d'água, a lagoa de Piratininga apresenta-se em avançado processo de eutrofização, tendo como consequência 60 a 70% de sua área recoberta por bancos de macroalgas.

Legislação de Proteção

Em 1984, a lagoa de Piratininga teve seu projeto de alinhamento da orla e sua faixa marginal de proteção definidos pela SERLA — Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, através do Decreto Estadual 7567/84. Os lotes dentro da orla e na faixa dos loteamentos Maralegre e Marazul do bairro de Piratininga, foram considerados "non aedificanti" pela Portaria Municipal 014/85.

A lagoa de Piratininga, bem como sua bacia de drenagem, faz parte da APA — Área de Proteção Ambiental das Lagunas e Florestas de Niterói, criada pelo Plano Diretor de Niterói em 1992, e é considerada área de preservação permanente pela Lei Orgânica do Município.



O Programa de Recuperação objetiva reverter o quadro de degradação ambiental

Medidas para recuperação

O Programa de Recuperação Ambiental da lagoa de Piratininga da Prefeitura de Niterói tem como objetivo reverter o atual quadro de degradação ambiental, implementando medidas que buscam solucionar os problemas existentes.



Definição física da orla e elevação do nível d'água

A primeira etapa proposta está concluída e engloba medidas que visam garantir o espaço físico da lagoa.

Foram construídos um sistema de vertedor e comportas no canal de Camboatá para elevação do nível d'água da lagoa e uma ciclovia para definição física da sua orla.

Um programa de monitoramento da qualidade da água, dos sedimentos de fundo, das comunidades vegetais aquáticas e da produtividade pesqueira, junto com estudos hidrológicos, subsidiarão a adequado manejo do sistema de vertedor e comportas.

A ciclovia, além de ser um espaço público de lazer, representa uma barreira física que impedirá novas invasões.

Melhoria da qualidade da água

Está sendo projetada uma estação de tratamentos de esgotos, junto ao canal de Camboatá, que tratará os esgotos domésticos da área da bacia contribuinte da lagoa de Piratininga, que hoje chegam "in natura" nela.

A melhoria das condições de circulação e renovação da água da lagoa também



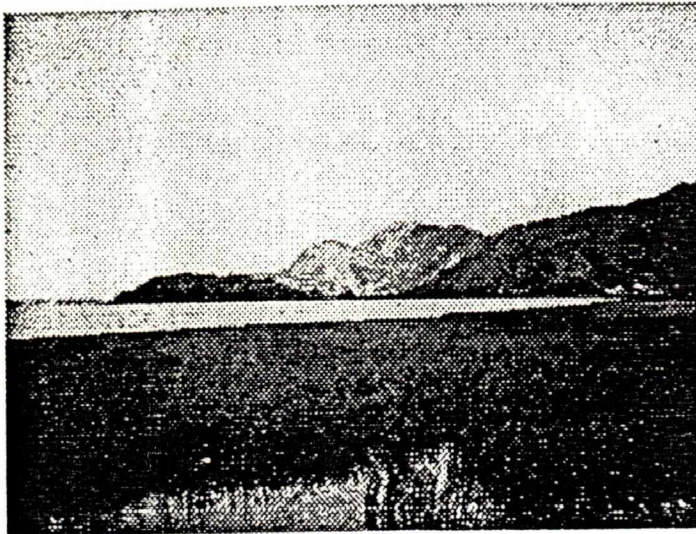
contribuirá para melhoria da qualidade de sua água. Deverão ser desenvolvidos maiores estudos afim de se definir a viabilidade da dragagem da lagoa e da abertura da barra na Prainha, de modo que não causem impactos negativos sobre o ecossistema da lagoa de Piratininga.

Definição dos usos e ocupação do entorno

O Programa prevê a execução de um projeto urbanístico e paisagístico para todo o entorno da lagoa de Piratininga. As características de cada área do entorno estão sendo respeitadas na definição do projeto, prevendo-se:

- * uma reserva ecológica junto à Ilha do Pontal;
- * a urbanização da favela do Cafubá;
- * uma área para uso institucional junto ao canal de Camboatá destinada à estação de tratamento de esgotos e ao centro administrativo do sistema de vertedor-comportas e da ciclovia;
- * um parque na margem voltada para a Ilha do Modesto com equipamentos de lazer e de serviços como bares e restaurantes.

Pretende-se incentivar o uso para a pesca, respeitando-se a tradição cultural, e o uso turístico e de lazer, considerando-se o potencial natural da região.

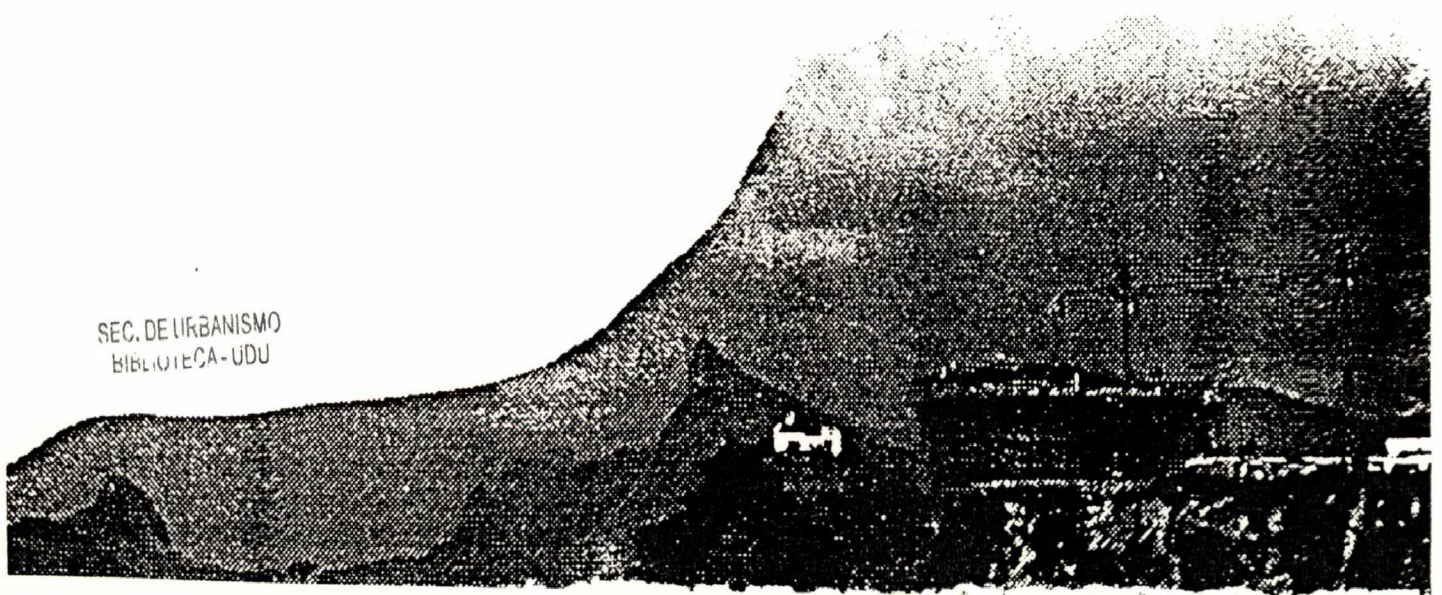


O Plano Diretor de Niterói considera a Lagoa de Piratininga como Área de Proteção Ambiental



Desenvolvimento do Programa

Compete à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente a coordenação dos estudos e projetos do Programa de Recuperação Ambiental da Lagoa de Piratininga, bem como o gerenciamento ambiental do sistema. É importante destacar a integração obtida entre todos os órgãos ambientais de diferentes instâncias governamentais, como a FEEMA, SERLA e IBAMA, para o desenvolvimento do programa. A participação da comunidade através de organizações comunitárias e não governamentais, principalmente de entidades ecológicas e da própria população local, na discussão dos projetos e no acompanhamento de sua execução é permanente. Faz parte da concepção do Programa a implementação de ações educativas junto à população residente na região a fim de se ampliar a consciência da importância da preservação da lagoa de Piratininga, um dos mais belos ecossistemas de Niterói.



Centro

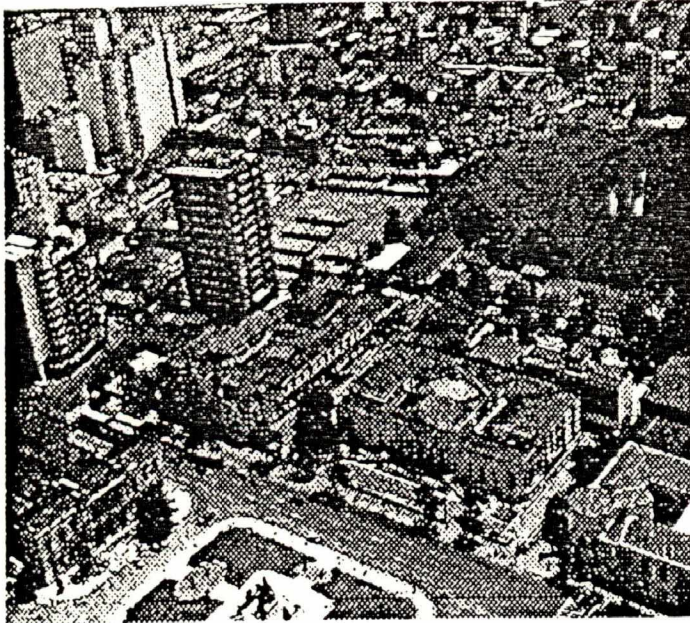
O bairro hoje conhecido como "Centro" começou a assumir a função de centro da cidade no início do século XIX, quando foi criada a Vila Real da Praia Grande, reunindo todas as freguesias da "banda d'além" (denominação recebida pelo lado leste da baía de Guanabara), e tendo como sede as freguesias de Praia Grande e São Domingos, cuja ocupação inicial se remonta do século XVI como parte da aldeia de São Lourenço. O seu primeiro plano de arruamento, e que determinou a sua configuração atual foi realizado para atender às novas funções de sede da vila. Em 1835, esta foi elevada à categoria de cidade e capital da província do Rio de Janeiro recebendo o nome de Nictheroy, passando então a desenvolver funções cívico-administrativas centralizadas na antiga "Praia Grande".

Uma série de aterros, realizados durante mais de um século, foram mudando a sua delimitação e alterando a sua relação com o mar, que era determinante. A abertura, em 1942, de uma grande avenida no centro, a Amaral Peixoto, se por um lado foi uma intervenção violenta, por outro absorveu o potencial de renovação, contribuindo para a preservação da maior parte do centro.

Na década de 70, como resultado da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, Niterói perde a condição de capital e a sua importância político-administrativa. Símbolo dessa fusão é a inauguração em 1974 da ponte de 13 Km ligando Niterói com a cidade do Rio de Janeiro, núcleo metropolitano. A "rua das barcas", fachada da cidade, perde a sua função cerimonial; a construção de "shopping centers" e o surgimento de novos

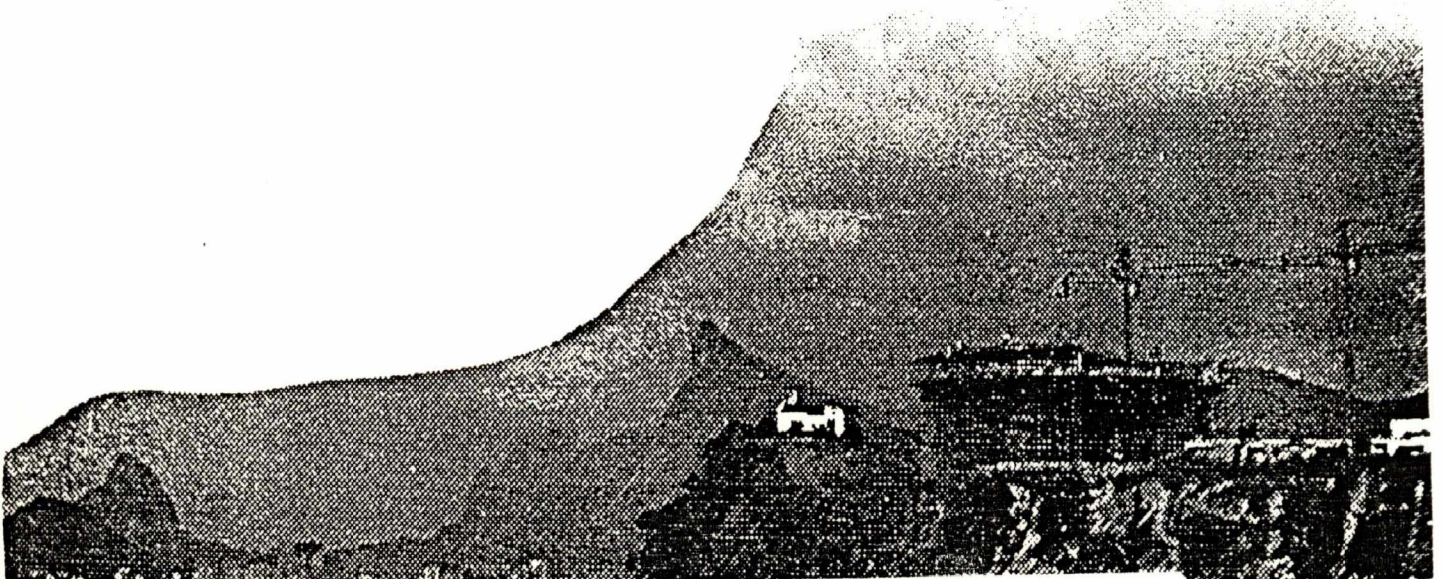


centros funcionais na cidade provocam a decadência das ruas comerciais; o trânsito caótico junto aos terminais de ônibus, que se estendem por toda a antiga orla contribui para a degradação do bairro. O somatório desses fatores acelera o processo de degradação do bairro e impede a potencialização das suas vocações residenciais e comerciais.



A recuperação da Praça da República reverteu a tendência de deterioração do Centro.

Em 1989 inicia-se a reversão da tendência de deterioração com um acontecimento marcante; a recuperação da Praça da República, uma das principais referências simbólicas do Centro que tinha sido demolida na década de 70 para ceder espaço ao moderno Palácio da Justiça, uma obra inconclusa que durante 15 anos representou o desrespeito pela memória da cidade. A implosão do nefasto esqueleto foi o resultado da pressão de um movimento popular que marcou o início de um processo de conscientização da importância histórica da cidade como parte da formação da identidade dos seus moradores.



Centro

O RESGATE

O centro da cidade sempre foi objeto de propostas de intervenção por parte das administrações municipais, mas sem a visão de sua revitalização através do resgate de seus valores tradicionais. As últimas intervenções consolidaram a separação entre o bairro, a orla e as áreas aterradas recentemente.

A Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente iniciou a implantação de um projeto capaz de valorizar o patrimônio arquitetônico, integrar as áreas aterradas, resgatar a relação da cidade com o mar e ordenar o trânsito e o transporte, como parte do processo de revitalização.

Diferente do centro de muitas cidades, o de Niterói mantém uma forte vocação residencial que impede a sua desertificação noturna. No Encontro Regional realizado no processo de elaboração do Plano Diretor, observou-se o anseio de seus moradores de firmar essa vocação residencial onde ele é predominante. Isto será feito através de incentivos e de uma legislação urbanística que reforce os costumes de seus moradores, revertendo-se um claro processo de degradação.

Na década de 70 a favelização em Niterói é acentuada, resultando no crescimento das existentes e no surgimento de várias comunidades periféricas ao centro da cidade — Morros do Estado, Arroz, da Chácara, do Bairro de Fátima, da Penha, favela do Sabão e morro de São Lourenço.

Com participação ativa nos Encontros Regionais realizados durante a elaboração





O projeto preserva o patrimônio arquitetônico e integra as áreas aterradas.

do Plano Diretor de Niterói, suas associações têm uma postura reivindicatória que demonstra que seus moradores buscam soluções para os graves problemas que os atingem.

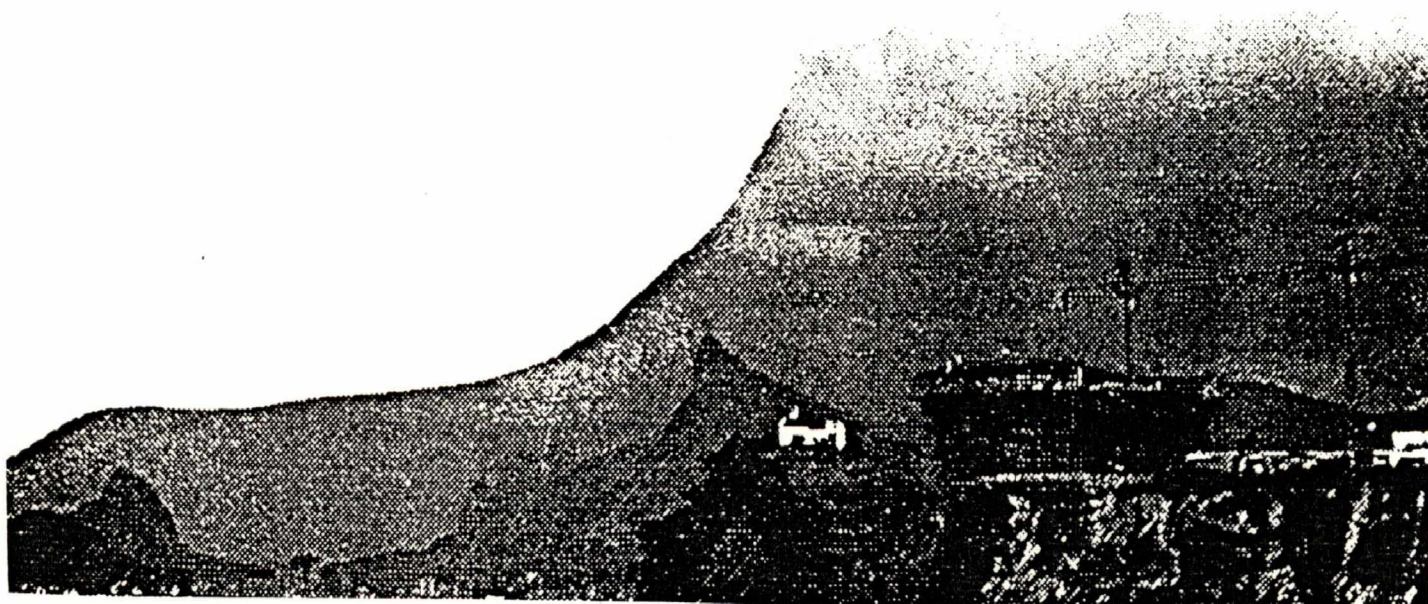
A intervenção nesses locais incluída no projeto "Vida Nova no Morro" passará necessariamente pela participação dessas entidades.

Ainda no Encontro Regional foi considerada primordial a preservação do espaço construído, que constitui patrimônio arquitetônico da cidade. A população conhece esses bens e não deseja que um uso inadequado venha a descaracterizá-los, destruindo a memória cultural.

O Plano Diretor de Niterói determinou a criação de uma Área de Preservação do Ambiente Urbano no seu centro histórico. O governo, em conjunto com comunidades envolvidas, criará formas de incentivo à recuperação dos imóveis considerados de interesse de preservação.

Pretende-se que a implementação seja feita através de projetos-modelo elaborados em conjunto com a sociedade organizada, que se multiplicarão.

O primeiro destes projetos, já em elaboração, é a revitalização da rua da Conceição, a mais tradicional rua comercial da cidade. É uma ação conjunta da Prefeitura com o Clube dos Diretores Lojistas de Niterói, que envolverá outros setores organizados da população, como a Associação Comercial, o Instituto de Arquitetos, a Universidade Federal Fluminense e Associação de Moradores.



A ação institucional tem importância fundamental na revitalização do Centro. Alguns projetos debatidos com a comunidade no Encontro Regional já estão em planejamento ou execução:



As obras do novo terminal rodoviário de Niterói.

** restauração dos edifícios públicos em torno da Praça da República — Forum, Câmara Municipal, Liceu Nilo Peçanha, Biblioteca Municipal e Edifício da Polícia;*

** restauração do novecentista Teatro Municipal e Casa da Cultura Norival de Freltas;*

** recuperação de praças, arborização de ruas e a criação de um parque no morro da caixa d'água, em pleno centro da cidade, resgatando o ambiente agradável e arborizado dos velhos tempos;*

** reordenamento do trânsito a partir de um anel viário em torno da área, priorizando os passeios para pedestres,*

** tratamento especial na Av. Rio Branco, que recuperará a tradicional importância da rua da Praia;*

** construção do novo terminal;*

** implantação de projeto urbanístico para as áreas aterradas;*

** construção do Parque da Vila Olímpica na orla do Centro — um convite ao uso da água junto ao mar, com grandes áreas verdes e de esporte e lazer.*

As ações físicas executadas e previstas, aliadas à implantação dos projetos integrados com os segmentos organizados da sociedade civil deverão reverter o acelerado processo de degradação por que hoje passa o centro e lançar as bases para o restabelecimento de uma identidade subjetiva não só dos moradores do bairro mas de todos os habitantes da cidade para os quais o centro sempre foi um forte referencial.

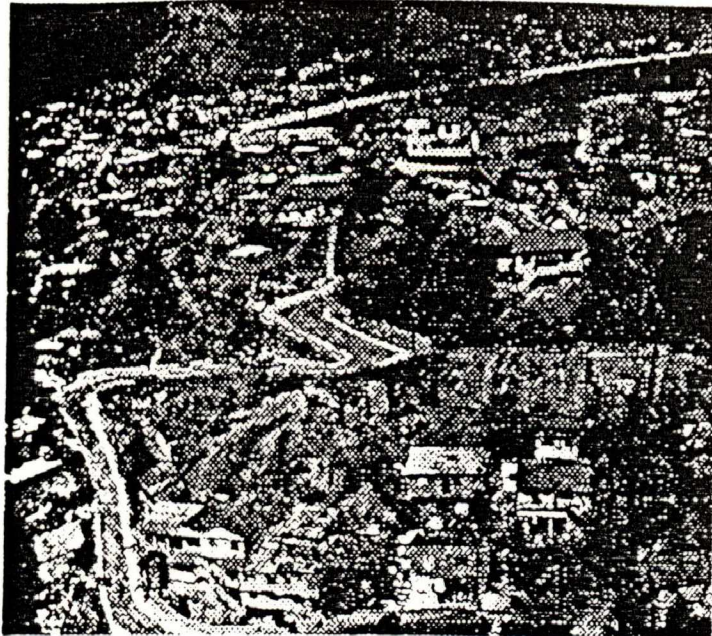


Favelas

O processo de favelização da cidade de Niterói se torna relevante na década de 70, fruto de um modelo de crescimento econômico que acentuou o contraste na distribuição de renda e na distribuição de recursos públicos, deixando como única alternativa de moradia para os segmentos populares a auto-construção nas encostas da cidade, sem condições adequadas de habitabilidade. Em 20 anos, a população daquela que os urbanistas se habituaram a chamar de "cidade informal" passou, de 5% do total municipal, para mais de 20% (1991) distribuídos em 78 favelas e alguns loteamentos irregulares e sem infraestrutura.

Segundo Santos (1984) "as favelas se tornaram o lugar específico de quem não tem direito de morar na cidade, forma de inserção na escrita urbana que os seus moradores encontraram, ainda que classificada de erro gramatical e sintático; seu poder discursivo foi considerado insuportável pela sua indisciplina. Mas os pobres, os que não mandam, não tem o discurso do poder, só contam com o seu próprio discurso e com ele expressam o que querem, como podem. O problema é nosso, vamos fingir que não entendemos?"





Pretende-se agora a integração das favelas na estrutura urbana.

O PROJETO

Para reverter este quadro de abandono o governo Jorge Roberto Silveira (1988 -1992) deu início ao programa "Vida Nova no Morro" com o objetivo de promover melhoramentos na infraestrutura das favelas, normalmente carente de acessos, serviços e equipamentos públicos. Um ambiente de moradia digno é condição primeira de cidadania.

O que mais é possível fazer nas áreas ocupadas ?

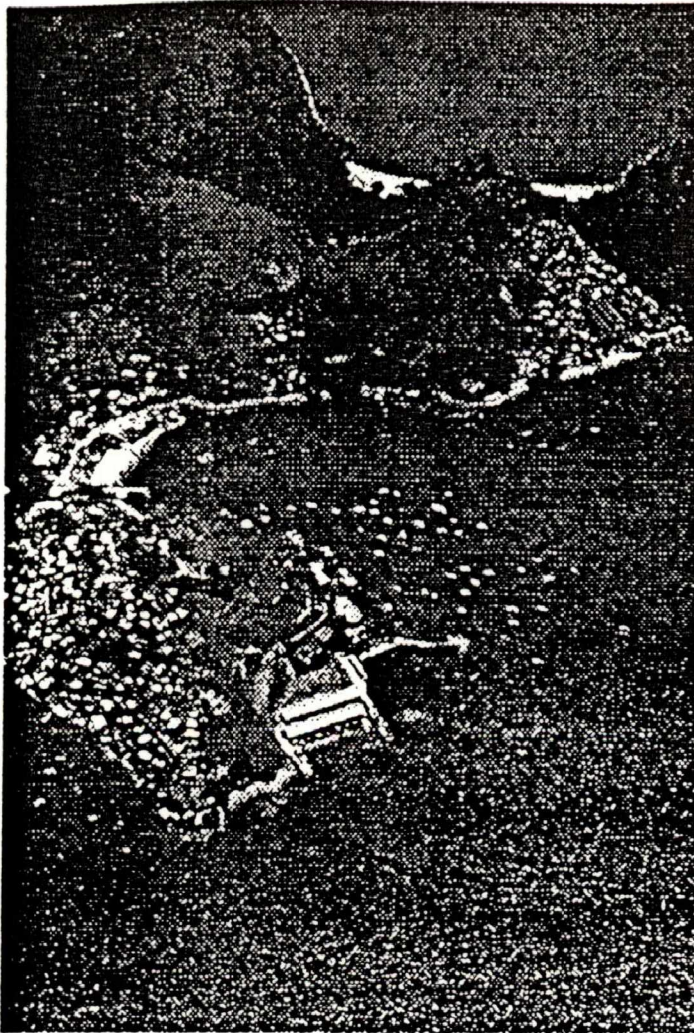
Se num primeiro momento foram implementadas obras emergenciais de infra-estrutura, agora pretende-se a integração definitiva das favelas na estrutura urbana, eliminando a dicotomia entre cidade formal e informal. O Plano Diretor permite a transformação das áreas públicas ou privadas ocupadas por favelas em Áreas de Especial Interesse para urbanização e regularização fundiária.

Cada favela tem suas singularidades.

O primeiro passo é fazer o seu cadastro e definir os problemas e suas soluções caso a caso. Neste trabalho estarão envolvidos diretamente técnicos da Prefeitura, a Universidade Federal Fluminense, que hoje já faz trabalho similar e as associações de moradores, numa troca de experiências e saber.

Será dada continuidade ao programa "Médico de Família", que atende diretamente seus moradores. O governo participa com a orientação e os recursos, enquanto o gerenciamento, inclusive contratação de pessoal é feito pela associação de moradores.





A idéia é preservar o ambiente natural e garantir uma ocupação livre de riscos.

Este programa, já em funcionamento em vários locais, levou à proposta de, com critérios similares, estabelecer postos avançados de assessoria técnica para orientação aos moradores nas construções de suas casas e abertura de vias, tendo como principal objetivo o resguardo e a preservação do ambiente natural, como matas e talvegues, para garantir maior preservação e uma ocupação livre de situações de risco. Hoje já temos um escritório na Ilha da Conceição, área ocupada irregularmente, com o propósito de regularização fundiária e das construções.

A associação de moradores será a base para outros trabalhos de educação ambiental, relacionados ao saneamento básico/abastecimento d'água, esgotamento sanitário, lixo, entre outros, orientados pela equipe do posto avançado.

A implantação de equipamentos públicos deverá ser localizada estrategicamente, induzindo o seu uso por todo o bairro onde se insere a favela, levando os habitantes da "cidade formal" ao uso da "cidade informal", em especial para atividades de esporte e cultura.

Como planejar e organizar a ocupação de baixa renda ?

Uma intervenção prévia do governo, para que as ocupações, hoje espontâneas, ocorram com interação com o ambiente natural, para sua máxima preservação e segurança dos moradores, é uma meta a ser alcançada.



Médico de Família

Todos os habitantes de cada setor, sadios ou enfermos, recebem um prontuário que permite conhecer sua situação de saúde. Os consultórios estão agrupados em módulos, estruturas físicas simplificadas, construídos nas área da comunidade.

A participação comunitária tem sido fundamental, desde o processo de informação, de discussão até o apoio da representação organizada da população, que permitiu o acesso e o conhecimento das áreas. Para o funcionamento do Módulo, é assinado um convênio entre a Fundação Municipal de Saúde e a associação de moradores, cabendo a esta a administração, incluindo a contratação de pessoal, cabendo à Fundação fornecer os recursos e fazer a supervisão.

Atualmente funciona no morro do Preventório, Módulo com 4 consultórios; no morro do Viradouro, um módulo com 4 consultórios e mais 3 consultórios no Módulo do morro do Cavalão.

Está previsto o funcionamento de mais 70 consultórios, que ampliarão o acesso da população de baixa renda à metodologia do Médico de Família com a cobertura aproximada de 65.000 habitantes.



O Plano Diretor fornece instrumentos para reserva de áreas para programas habitacionais:

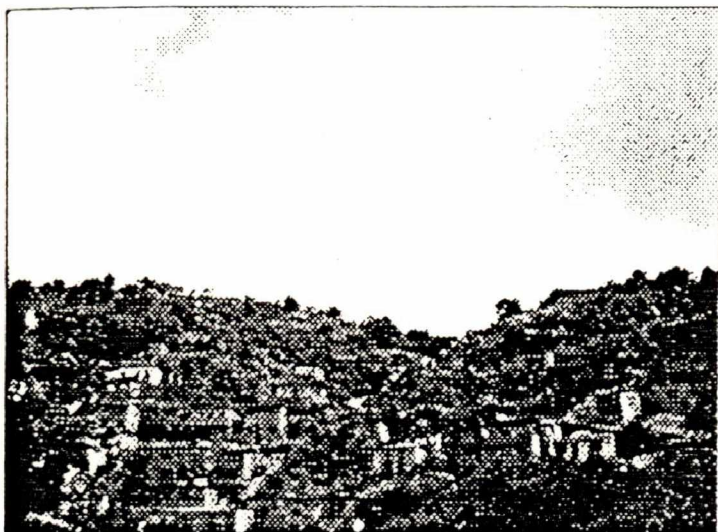
** A transformação de terrenos sub-utilizados em Áreas de Especial Interesse Social para implantação de programas habitacionais, cujos proprietários seriam compelidos a realizá-los.*

** A obrigatoriedade de doação ao Município de 5% da área total em todo o parcelamento, para lotes com destinação social, para construção de moradias de baixa renda. Neste caso a dotação de infra-estrutura e a construção das unidades poderá ser realizada pelo governo, através de operações interligadas com a iniciativa privada, ou ainda, na forma de auto-construção ou de mutirão, orientada por técnicos do governo com recursos do Fundo Municipal de Urbanização, criado pelo Plano Diretor.*

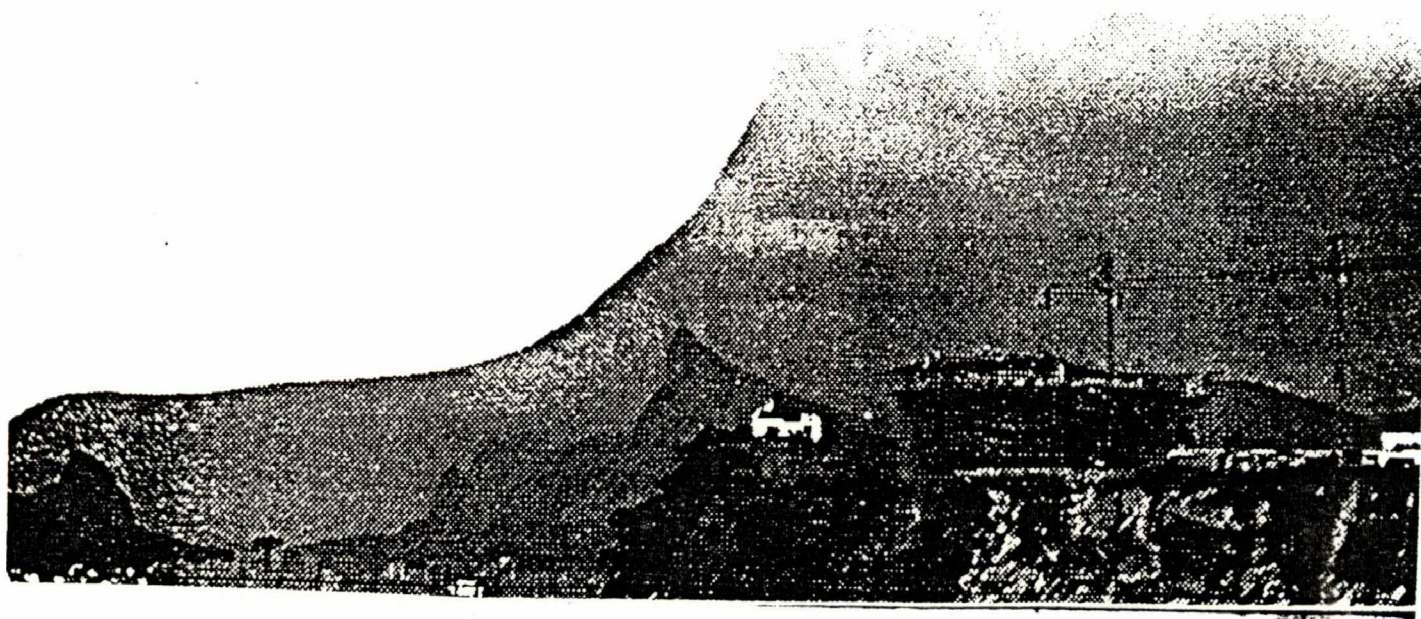
Atores e gestão

Tanto na elaboração das propostas como na sua implantação deverão ser envolvidos, além dos órgãos oficiais e das comunidades já citados, a Pastoral de Favelas, a Federação de Associações de Moradores, o Instituto de Arquitetos e a Ordem dos Advogados, a maioria deles com experiência em processos participativos de atendimento a questões habitacionais em favelas.

A forma de gestão/intervenção será definida caso a caso pelos atores envolvidos. Acreditamos no potencial transformador das associações comunitárias, mas reconhecemos as suas limitações e por isso mesmo propomos a ação articulada do Município no atendimento às demandas sociais. Estas formas de organização comunitária, baseadas na solidariedade, possibilitarão, atendidos os seus objetivos básicos, a existência de fortes relações associativas nos seus "sítios" vencendo o novo individualismo que caracteriza nossas cidades.



O município propõe uma ação articulada no atendimento às demandas sociais.



São Lourenço

São Lourenço, um resgate na história viva de Niterói

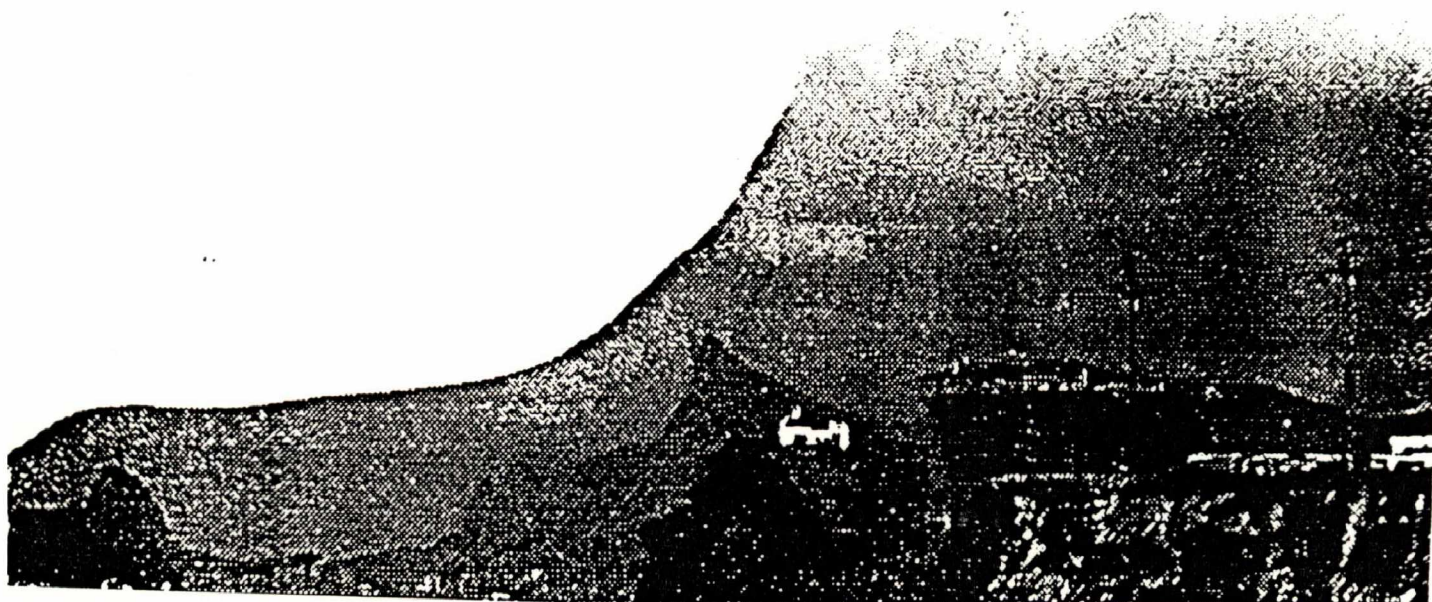
Numa época em que a legislação das nossas cidades tende a homogeneizar todas as áreas, este trabalho revela um esforço em um setor urbano traumatizado não só pela legislação, como também pelos acessos da ponte Rio-Niterói, que cortaram o bairro.

Os autores realizaram um levantamento preciso da história arquitetônica do sítio, com propostas factíveis e adequadas que valorizam o bairro, estimulam a relação entre os habitantes e sua moradias, fortalecendo a cidade como um organismo rico e consciente do vínculo com o seu passado.

Histórico

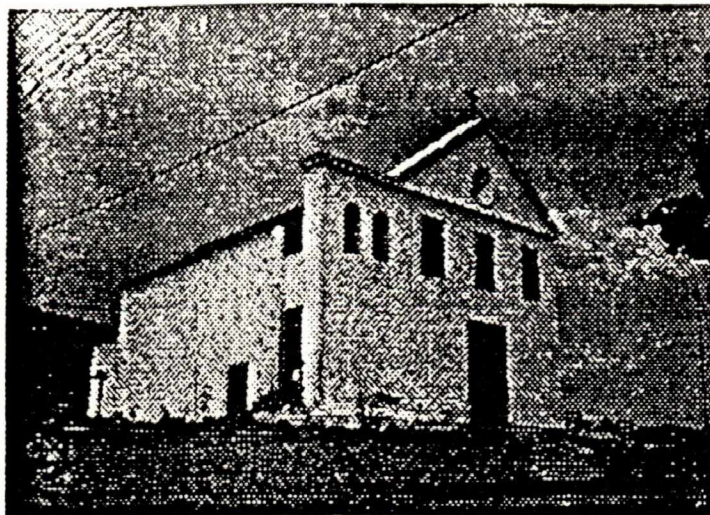
A história da região se confunde com a de Niterói precisamente por ter sido no Morro de São Lourenço, em 1573, que foi fundada a aldeia de São Lourenço dos Índios, em terras que iam do Gragoatá ao Maruí, origem da cidade.

Em 1819 é criada a Vila Real da Praia Grande, sediada no povoamento de São Domingos e nas freguesias da Praia Grande, São João de Carai, São Lourenço e São Gonçalo.



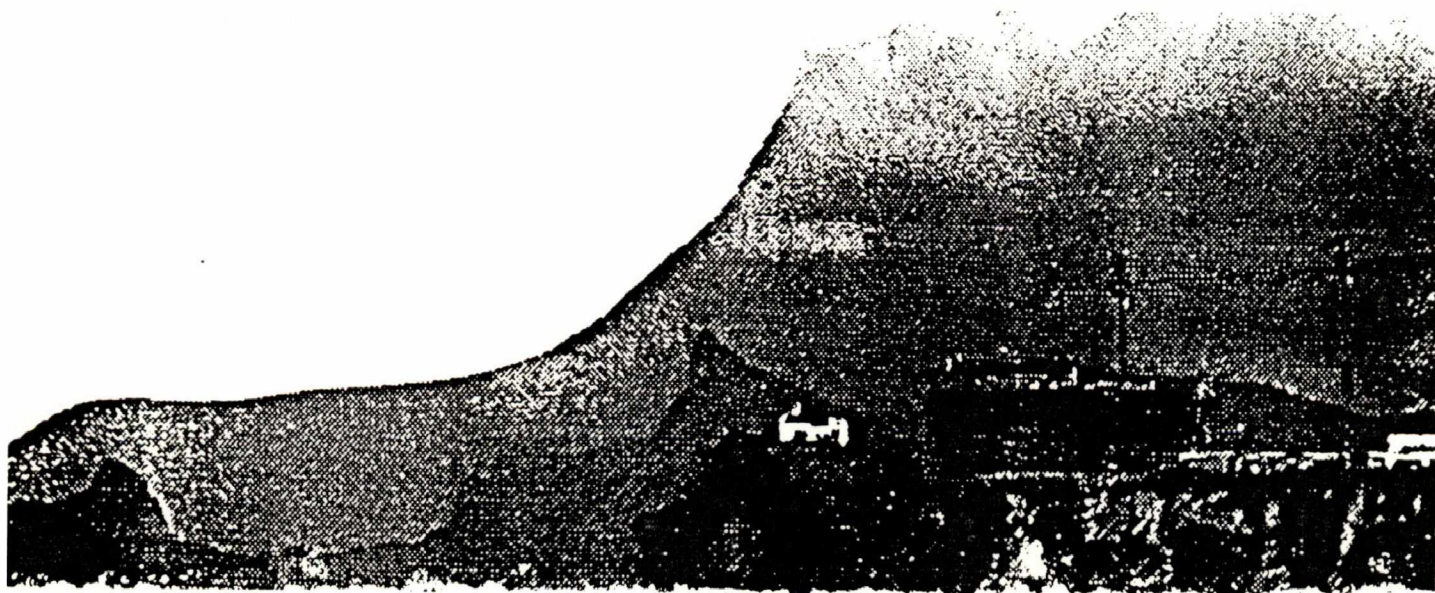
Já em 1839 a Vila Real é elevada à categoria de cidade e recebe o nome de Nictheroy.

Por volta de 1870 as linhas de bonde se integram ao transporte marítimo e férreo, favorecendo o adensamento da área. Nesta época é iniciada a construção da Igreja de São Lourenço da Várzea que viria a se tornar um referencial da cidade.



Igreja de São Lourenço.

Reformas urbanas nas primeiras décadas do século XX buscam trazer a modernidade. O aterro do mangue de São Lourenço para a construção do porto propiciou um novo traçado, alterando a relação de entorno. Implantação de estradas levam a algumas das suas vias características de corredores de trânsito, culminando com a construção da ponte ligando ao Rio de Janeiro que fragmentou a área e a identidade local. Poucos lugares na cidade sofreram transformações tão marcantes, num desafio constante à sua identidade. Apesar disso, São Lourenço mostra uma diversidade arquitetônica que registra o percurso da sua história, ainda marcada por expressivos conjuntos de edificações e arranjos espaciais que assumem papéis definidores da sua ambiência.





Casas, pequenos prédios e sobrados
características marcantes
de um bairro residencial

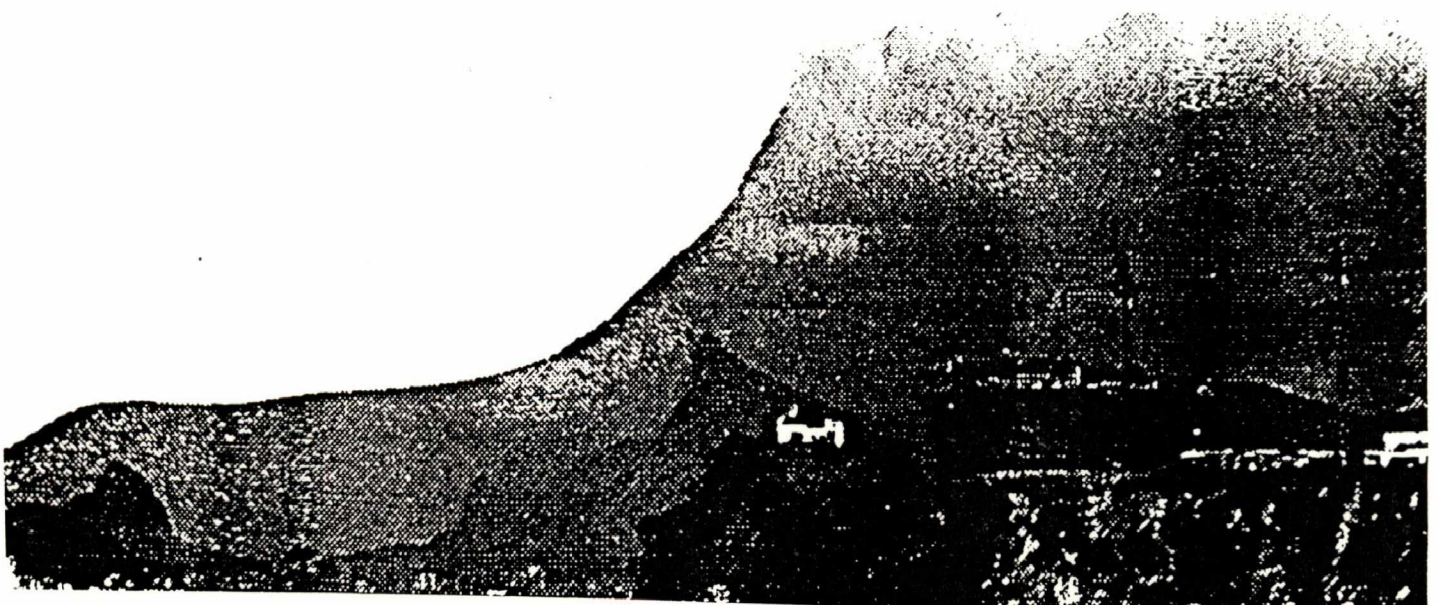
Em toda a área vemos reforçado o caráter residencial, na forma de casas e sobrados, vilas, conjuntos de prédios baixos e cortiços. Há uma grande diversidade sócio-econômica na sua população e que tem caracterizado a área desde as suas origens, num contraste simbolizado pelas duas igrejas: a de São Lourenço dos Índios, no morro, e a de São Lourenço da Várzea.

O eixo principal da área é formado pelas ruas de São Lourenço e Benjamin Constant, mas a sua história é conhecida por poucos. Mudanças na distribuição espacial das funções urbanas anularam a sua importância e levaram à sua decadência. Vetor de expansão no passado, caminho de degradação no presente.

Decisão política

O Ponto Cem Réis de Sant'Ana e o Morro de São Lourenço, apesar da descaracterização parcial sofrida, ainda configuram um quadro favorável para a aplicação de uma política de preservação.

Esta proposta de revitalização de uma zona histórica da cidade, foi elaborada pelo Núcleo Niterói do Instituto de Arquitetos do Brasil. Vem de encontro



com os objetivos do poder municipal que no Plano Diretor recentemente aprovado recomenda a criação de áreas de preservação do ambiente urbano no local. A Prefeitura, através da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente promoverá a implantação desta proposta em conjunto com o IAB e com todas as associações comunitárias existentes no local, que gerenciarão e estabelecerão prioridades.

Conceitos e propostas

O objetivo principal é a manutenção das ambiências locais que compõem a imagem do bairro. Portanto é preciso viabilizar a preservação da área e valorizar suas potencialidades, conscientes de que não se trata de recuperar significados perdidos, mas de gerar condições de obter um sentido de lugar. A intenção primeira é avaliar, através de um processo de reconhecimento espacial, de que forma a área poderá se transformar, articulando as possibilidades de renovação e preservação.

É preciso um olhar urbanístico sensível ao processo histórico, objetivando intervir na preservação da identidade urbana.



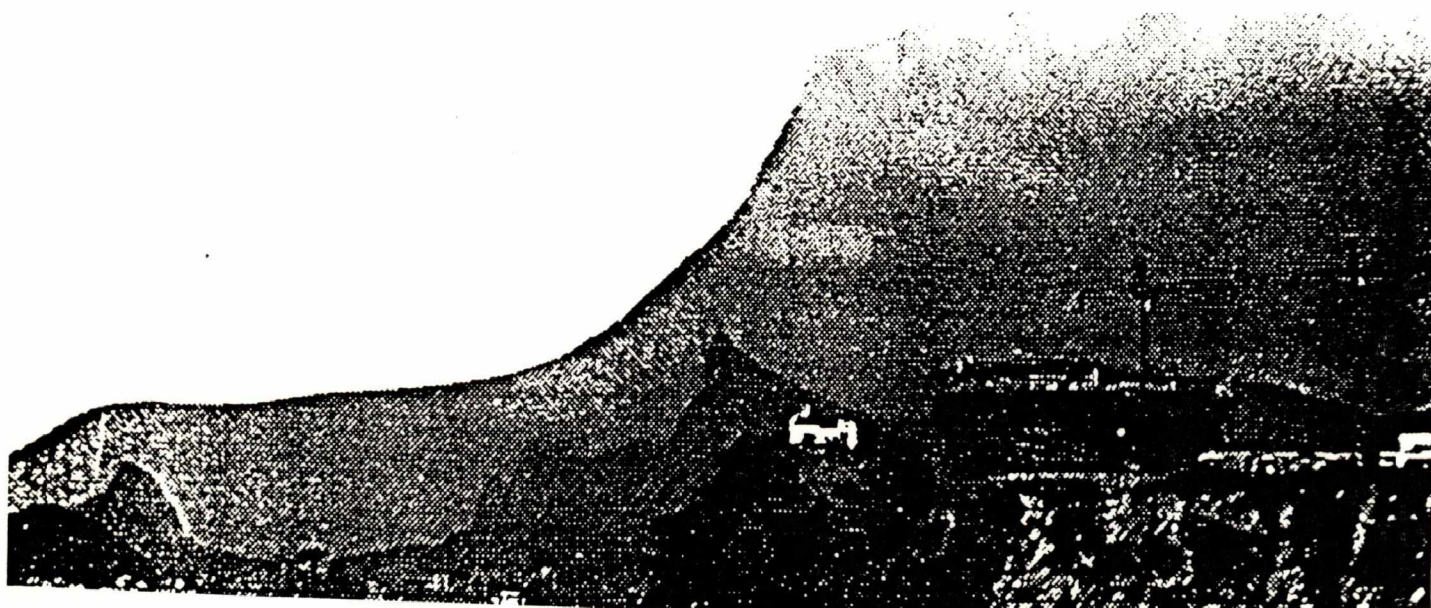
Inicialmente foram definidas algumas propostas abrangendo pontos básicos para a preservação e a revitalização dos espaços determinantes da ambiência local.

As propostas incluem a definição de índices urbanísticos diferenciados segundo as especificidades locais, incentivo para a manutenção das vilas e ao seu uso como forma de renovação e a valorização do Largo da Ponte de Pedra do entorno de São Lourenço dos Índios e de São Lourenço da Várzea e um programa habitacional para a recuperação dos cortiços da rua de São Lourenço.

Algumas propostas podem facilmente se transformar em leis, mas a nova conformação dos espaços somente ganhará corpo na medida em que a própria comunidade as elabore.

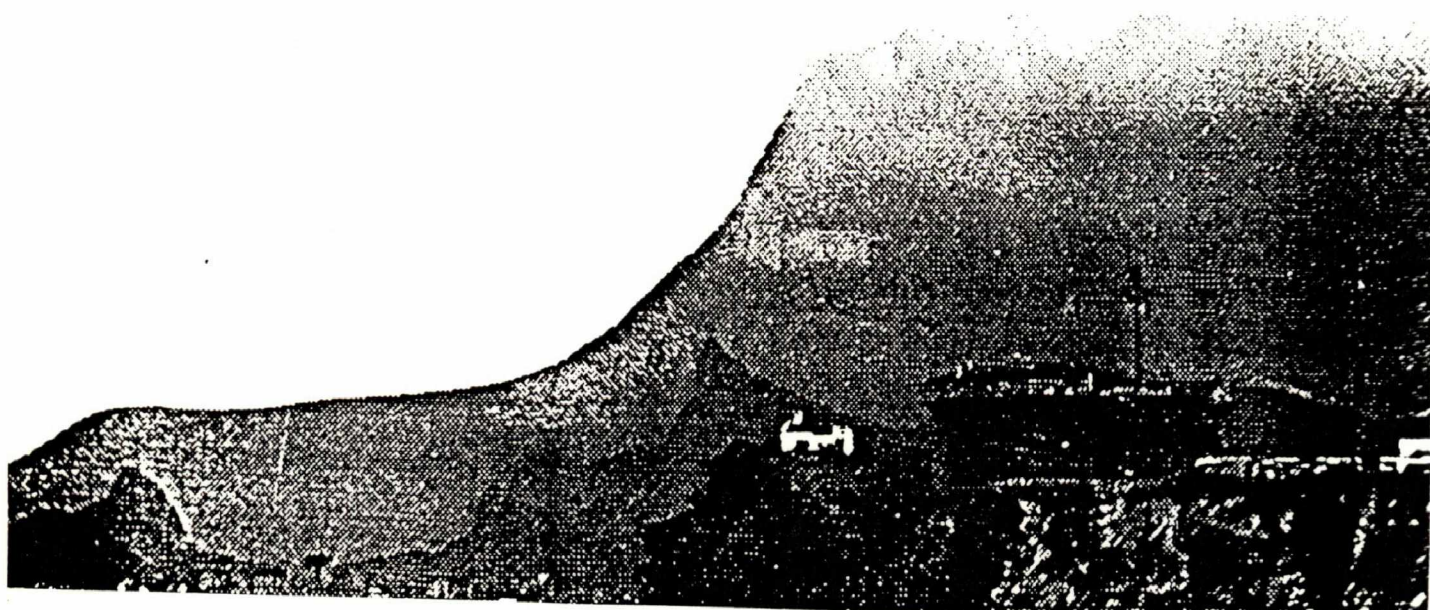
O futuro de São Lourenço não obedece a um projeto fechado e só se viabiliza enquanto construção coletiva. Esta condição se dará ao passo que cidadão e administração pública se aproximem, numa gestão democrática do espaço urbano.

A área, tanto a várzea como o morro, tem uma forte característica residencial, com ocupação de vários padrões



sócio-econômicos. Neste aspecto, os principais problemas são, na várzea, os imóveis degradados constituídos em cortiços sem condições adequadas de habitabilidade; a sua recuperação deve prever a fixação dos seus moradores que através de um programa de auto gestão com o apoio do poder público dotarão o seu habitat de características adequadas.

A existência de relações comunitárias será potencializada para a manutenção da identidade entre os moradores e os seus espaços. Para tal é fundamental a participação dos moradores, diretamente e/ou através das suas formas de representação definindo as pequenas ações que detalharam a proposta geral, e que fazem parte das reivindicações e lutas das suas associações.



Médico de Família

O *passo seguinte* é a criação da equipe de supervisão integrada por pediatra, toco-ginecologista, clínico geral, sanitaria, psiquiatra, assistente social e enfermeiro.

Esta equipe participa ativamente em todo o processo de implantação, supervisiona o trabalho dos médicos e realiza treinamentos em serviço.

O Médico de Família em Niterói, funciona com adscrição de clientela, setorização em torno de 950 pessoas por cada médico e auxiliar — algo como 150 famílias. A carga horária é integral com funcionamento de 2^a a 6^a feira. Pela manhã no consultório e à tarde no domicílio do usuário. As auxiliares residem nas áreas e mantêm com as mesmas um estreito vínculo.

O Médico de Família e o auxiliar de enfermagem compõem uma equipe responsável pela resolução dos problemas de saúde do seu setor, encaminham para internação ou outro tipo de referência necessária.

Cada supervisor apoia o trabalho do médico de família realizando interconsultas e transmitindo sua experiência em intercâmbio ativo com o médico e o auxiliar, no próprio consultório avaliando continuamente a qualidade do trabalho.

